

### 3 APRESENTAÇÃO

O programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva nasceu com a vocação de se voltar aos jovens, proporcionando-lhes a possibilidade de exercitar os direitos culturais e ter, nos espaços públicos, a experiência do convívio e da socialização política, cultural e criativa. Dessa forma, o desenho conceitual do programa traçado nesta seção permite contextualizar e delinear de forma argumentativa as escolhas assumidas na interpretação de conjunto contida neste livro.

Os estudos culturais entre as décadas de 1960 e 1980, apesar de variados e heterogêneos, podem ser caracterizados pelas preocupações com a democratização cultural. Eles estavam centrados no conceito de *capital cultural* e pressupunham que “as formas legítimas de cultura funcionam como uma moeda desigualmente distribuída e que dá acesso a muitos privilégios” (LAHIRE, 2003; 2006). A partir das críticas aos pressupostos daqueles estudos, os quais denominaremos aqui legitimistas, e de pesquisas de práticas culturais, foram se cristalizando reflexões a respeito da democracia cultural – conceito diverso do de democratização –, que aqui chamaremos de pluralistas.

Na primeira perspectiva, os pesquisadores se preocupavam com o discurso a respeito do caráter igualitário ou não do acesso à cultura, e em demonstrar que de fato os processos políticos (presentes nas áreas da educação e cultura) sob esta ideologia, em realidade, reproduziam profundas desigualdades. Evidentemente, as pesquisas indicavam a diferença entre o ideal igualitário presente nos discursos e as práticas culturais, dada a não efetivação deste ideal na realidade. Insistia-se, contudo, nos propósitos de objetivar a igualdade, e portanto gravitava-se no universo da igualdade como valor.

As teorias do período recorriam a métodos estatísticos que demonstravam as desiguais distribuições, as estruturas de capital cultural e o papel das instituições políticas na reprodução das desigualdades. A questão central destes estudos é que eles pressupunham, a partir do conceito de capital cultural, a existência de uma cultura legítima, claramente diferenciável e delimitável, que funcionaria de forma a ser transmissível e capaz de estabelecer *distinções sociais* em razão de posses ou carências. As medidas estatísticas eram variadas, mas sobressaíam entre elas a posse de diplomas ou a escolarização, e o nível de renda.

A crítica mais interessante a esses estudos – aceita inclusive por alguns de seus principais autores (PASSERON, 1995), e que deu margem às pesquisas que tiveram como objeto a pluralidade das culturas juvenis – era que eles ficavam presos à própria construção “oficial” de padrões de legitimidade e à ideologia decorrente da democratização de acesso a estes bens legítimos, além de *des-historicizarem* as análises.

Essas limitações implicariam, se rigorosamente aceitas, considerações a respeito das flutuações na valorização de diplomas (universalização da escolarização, massificação da universidade etc.), das transformações do que se considera cultura legítima (belas-artes e belas-letras, dadas as mudanças estruturais das suas relações com os mercados, novas tecnologias de mídia, culturas populares, de massa etc.) e das diferentes estruturações do capital (político, econômico, cultural, social, simbólico etc.). Enfim, neste caso, a análise impõe a construção analítica em termos históricos.

Além disso, chame-se atenção para o fato de que as medidas estatísticas de distância e desigualdade das distribuições exigem exatamente o estabelecimento de um padrão normativo que transforme diferenças em desigualdades.

Para que uma diferença faça desigualdade, é preciso que todo mundo (ou pelo menos uma maioria, tanto dos “privilegiados” como dos “lesados”) considere que a privação de tal atividade, isto é, o acesso a dado bem cultural ou serviço, constitui uma carência, uma deficiência ou injustiça inaceitável (...) a questão da desigualdade é claramente indissociável da crença na legitimidade de um bem, de um saber ou de uma prática, isto é, indissociável daquilo que poderíamos chamar de grau de desejabilidade coletiva que existe a seu respeito (LAHIRE, 2003, p. 991).

As políticas culturais se inscreveram no mesmo registro e desencadearam uma série de pesquisas a respeito da desigualdade de acesso e dos determinantes das desigualdades culturais, culminando na vontade de “democratização cultural”. Entenda-se aqui que democratização da cultura refere-se ao acesso às obras de arte e ao patrimônio cultural da humanidade, ou seja, à cultura clássica legítima.

O importante a assinalar é que esse tipo de reflexão implica a aferição da desigualdade de acesso a toda uma série de bens, práticas, saberes etc., deixando de lado as questões relativas à diferença cultural ou às práticas não vinculadas a um sistema de legitimidades hierarquizado e reconhecido.

Nesse último sentido, a cultura reúne uma pluralidade de práticas relacionadas ao cotidiano das interações sociais e aos processos de formação de grupos e identidades. O deslocamento do ideal de desigualdade para segundo plano implica conceitos e objetivos diferenciados para as políticas. Reconhecidas a pluralidade e heterogeneidade de práticas, a democracia cultural surge como figura

privilegiada, significando reconhecimento e democratização de formas de produção, circulação e fruição de bens culturais, o que a associa a direitos culturais. Ou seja, além do acesso, passa a ser tema de análise o reconhecimento da pluralidade cultural e da necessidade de proteção e promoção da diversidade cultural.

As análises da cultura juvenil, por seu turno, retratam de forma exemplar esses dois aspectos, por se relacionarem com formas culturais legítimas e, ao mesmo tempo, por recolocarem em pauta as complexas relações da juventude com recursos sociais instáveis (crise do emprego e do mercado de trabalho, incapacidade das instituições educacionais e familiares no processo de socialização etc.), desagregação e exclusão social. Estas relações também incluem desconfiança em relação à cultura consagrada, decorrente do crescente “capital informacional”, isto é, do acesso a novas tecnologias de informação e comunicação. Acrescente-se a isso ainda uma nova economia cultural de serviços, que acaba por cristalizar uma valorização do ecletismo e da hibridização cultural; enfim, do pluralismo do gosto e dos estilos de vida.

Esta seção procura, assim, relacionar as culturas juvenis com as duas descrições anteriormente realizadas: a abordagem legitimista, que deu vazão a políticas de democratização, e a pluralista, relacionada com a democracia cultural. Na realidade, não se precisa estabelecer uma distinção absoluta entre elas, apesar de a história política as opor. A descrição das culturas juvenis deve levar em consideração a complementaridade das abordagens e a necessidade de políticas que tanto as reconheçam simultaneamente como desenvolvam ações de promoção e reconhecimento das diferenças, e que ao mesmo tempo estabeleçam estratégias de acesso a bens e a outros recursos culturais.

Esta parte do livro está disposta da seguinte forma: inicialmente apresenta, em linhas gerais, o programa Arte, Cultura e Cidadania, referência de política em grande parte voltada para os jovens. A primeira subseção delimita o que é a juventude em face da cultura, apresentado-as a partir do *modelo de reprodução*, que é análogo ao legitimista por pressupor padrões estáveis de cultura legítima, e do modelo experimentalista, que, por semelhança ao pluralista, indica serem as experiências culturais caracterizadas pela diferença e pela diversidade. No mesmo movimento analítico, relaciona cada modelo com uma política cultural vigente, a saber, a dos *pontos de cultura*, cristalizados no programa Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva. O modelo de reprodução, ou legitimista, é apresentado na subseção 3.2, e o experimentalista, ou pluralista, na subseção 3.3. Uma breve reflexão sobre as abordagens legitimista e pluralista conforma a subseção 3.4, enquanto a subseção seguinte traz uma síntese das abordagens. Os conteúdos desta última subseção são usualmente utilizados enquanto conclusão, mas optou-se por deixar-lhes a função de rerepresentar questões gerais e problematizar a juventude como tema de políticas culturais.

### 3.1 O jovem e a juventude em face da cultura

Ser jovem hoje reflete experiências diferentes das vivenciadas há alguns anos. Até recentemente, existiam expectativas estáveis com relação ao trabalho e aos padrões de legitimidade cultural que emolduravam as experiências e definiam a juventude. Acreditava-se – e isto se refletiu nas inúmeras pesquisas culturais nas décadas de 1960 a 1980 – que a cultura legítima era constituída pelas artes tradicionais (ópera/concerto de música clássica, balé/espetáculo de dança, teatro, cinema, museus/exposições e livreria/biblioteca). Aquelas análises pressupunham sociedades estratificadas que legitimavam certas práticas e obras, às quais as classes desprivilegiadas não tinham acesso. Na verdade, a cultura dos diversos grupos e frações de classe era situada como mais ou menos próxima da cultura legítima (ou dos grupos dominantes); assim, o acesso diferencial a ela convergia para a constituição de efeitos de desigualdades sociais globais. As hierarquias sociais e econômicas eram fortalecidas por hierarquias simbólicas ou de acesso à cultura legítima. Portanto, a situação econômica encontrava homologias estruturais em relação à distribuição de bens simbólicos.

As condições atuais apontam direções diferenciadas para as análises nas quais, além das dificuldades decorrentes das mudanças nas condições econômicas, convive-se com reconfigurações das redes de sociabilidade. Nelas, que se tornam cada vez mais heterogêneas, os espaços públicos são minimizados ou quase desaparecem como espaço de convívio, dificultando o reconhecimento de identidades e o estabelecimento de padrões de legitimidade cultural para as diferentes experiências vivenciadas pela juventude. A situação dos estudos culturais atuais mantém vivas, em parte, as críticas dos anos 1960-1970, mas indica que as condições estruturais das sociedades contemporâneas exercem um efeito de desagregação sobre as hierarquias tradicionais, multiplicando culturas urbanas, alterando padrões de gosto e embaralhando os padrões de legitimação cultural.

As transformações na esfera produtiva e no mundo do trabalho são apenas parte dos aspectos levados em conta na reflexão em torno da problemática da transição para a vida adulta na atualidade. A emergência de novos padrões comportamentais no exercício da sexualidade, da nupcialidade e na configuração dos arranjos familiares também tem sido considerada nas tentativas de compreensão e explicação das mudanças nos marcos tradicionais da passagem da juventude para a condição adulta. Dessa forma, as trajetórias individuais dos jovens, suas origens sociais, o sexo e os padrões de comportamento – em particular, suas diferentes relações com a cultura e as demandas por “reconhecimento” – complexificam a ideia da juventude como “tempo suspenso” e reconhecem a heterogeneidade das culturas juvenis, além de a situarem no quadro de sua multidimensionalidade.

A reflexão a seguir explora dois modelos explicativos – o modelo de reprodução da trajetória dos pais e o modelo de experimentação – nas suas possibilidades

de justificação de objetivos para as políticas culturais voltadas à juventude (HERSENT, 2004). No primeiro caso, a exigência de reprodução da trajetória dos pais pressiona para que o momento do casamento, da maturidade sexual, da entrada no mercado de trabalho e da adoção da lógica da responsabilidade pessoal pelo próprio sustento sejam adiantados, isto é, para que a juventude seja “encurtada”. No segundo caso, a movimentação pelos espaços do lazer, da sociabilidade sem finalidade econômica e da experimentação cultural permite a configuração das identidades pessoais e sociais vivenciadas durante este “tempo suspenso” de ambulância pelas cidades e suas periferias.

O modelo de experimentação parece mais oportuno para dar conta das atuais demandas por reconhecimento social e por espaços de sociabilidade juvenil. Estas experiências se relacionam com instituições e circunstâncias específicas, e podem ser vividas nos espaços urbanos informais ou em campos institucionais mais formalizados. Também podem ganhar uma conformação específica quando em confronto com o primeiro modelo e com suas exigências ou estruturas de reprodução. De qualquer maneira, os dois modelos analíticos são complementares.

O experimentalismo da juventude tem três dimensões: demanda por reconhecimento, crítica à cultura consagrada e desejo de acesso à informação cultural. Tudo isso vem adicionado de um forte ecletismo ou hibridismo cultural e da crítica às formas de cultura estabelecidas ou legítimas, no campo das artes ou das formas de vida das gerações anteriores. Pode-se afirmar que este cenário implica fazer críticas às instituições culturais, em especial às escolares, que não se sensibilizam nem se amoldam às exigências da juventude.

### 3.2 Existe uma cultura legítima?

Nas análises culturais legitimistas, emprego e estrutura de classes tinham uma função central, seguidas de perto pelas instituições escolares, que representavam a possibilidade de redistribuição de recursos apropriados no âmbito da dinâmica econômica. Em realidade, a ideia de cultura legítima é resultado de múltiplos processos institucionais e de efeitos estruturais convergentes (BOURDIEU, 2007). Como a instituição escolar tem papel central nestas análises, a reflexão que segue nela se concentra, embora de forma pontual e insuficiente.

Contemporaneamente, a instituição escolar tem se mostrado absolutamente incapaz de transmitir conhecimentos de forma adequada. Isto não se deve apenas ao nível da sua qualidade, pensada em termos genéricos e abstratos, mas às dificuldades da escola para se adaptar às necessidades da juventude.

Os jovens negam os mecanismos de distinção social propostos pela educação formal em razão de modos inteiramente novos de aquisição e valorização cultural. Diante desta configuração própria da juventude, a formação do gosto e

a reprodução de modelos de excelência são falhos, e deixam entrever um descasamento entre os objetivos institucionais escolares e a cultura juvenil.

De fato, a escola desconhece os papéis e os potenciais da arte e das formas culturais diversas no processo educativo. É importante salientar que o ensino das artes (educação artística) tornou-se obrigatório, no início da década de 1970, pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.692/1971, ficando a política pública de formação de professores garantida pela LDB nº 9.394/1996. No entanto, os dados sobre a presença de professores de artes, história, filosofia e literatura no ensino médio e fundamental são eloquentes, de modo que a situação do ensino relativamente a estas matérias dispensa longos comentários.

No ensino fundamental, segundo o Censo Escolar de 2003, dos 15,5 milhões de alunos, 59,7% estudavam artes, 73% estudavam história, 14,4% filosofia e 80% literatura. No ensino médio (8,3 milhões de alunos), 43,6% tiveram professor de artes, 54,9% de história, 26% de filosofia e 64,4% de literatura.

É no espaço deixado pelas deficiências do sistema educacional que atua o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva (pontos de cultura), que parte de um diagnóstico simples: a produção cultural brasileira é concentrada e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social. Periferias de grandes cidades, pequenos municípios e favelas sofrem com a ausência de opções de cultura e lazer, o que aumenta os riscos de desagregação social, dada a precariedade dos mecanismos de socialização, sejam eles estruturais, como os mercados de trabalho, que se tornam cada vez mais segmentados ou pouco dinâmicos, ou institucionais, como a ausência de espaços de troca e convívio.

Outro ponto a ser observado é o fato de crianças e jovens não desfrutarem de processos adequados de formação escolar e acesso a informações, tampouco de métodos didático-pedagógicos que deem conta e correspondam às suas necessidades sociais, ou que façam sentido à luz de suas experiências culturais. A escola não desenvolve estratégias que permitam aos jovens uma atitude reflexiva e crítica a partir do contato com referências culturais universais – ou pelo menos alheias ao contexto imediato de vida – e linguagens artísticas. A escola está em dissonância com as necessidades dos jovens e dos seus cotidianos. Em suma, crianças, adolescentes e jovens encontram dificuldades em usufruírem e se apropriarem dos recursos simbólicos da sociedade.

O programa se propõe a sanar parte desses problemas, apoiando a formação inicial de mediadores (agentes das instituições escolares ou da comunidade), aproximando a cultura dos jovens em situação de exclusão dos “circuitos mais elaborados da cultura e das artes”. Também tenta desenvolver potencialidades profissionais no campo da produção, circulação e difusão de bens culturais. Ele pode vir a se tornar uma estratégia articulada de valorização do experimentalismo da

juventude e de fortalecimento simultâneo da criatividade e das artes nas instituições escolares, como elementos didático-pedagógicos relevantes. O programa capta parte das demandas por reconhecimento e experimentação, abrangendo a valorização de culturas não consagradas, isto é, não legitimadas institucionalmente ou nos mercados culturais. Ao mesmo tempo, considera que as necessidades do jovem resultam de uma adequação entre identidade e capacidade, ou, de outra forma, que o jovem adéqua sua situação aos recursos da cidadania. A valorização do experimentalismo faz com que outra demanda se pronuncie, a saber, o acesso irrestrito às tecnologias de informação e comunicação, em particular à internet. Por fim, o programa também tem um papel importante em relação à escola, buscando aproximá-la da comunidade e estimulando transformações a respeito do papel da criatividade cultural no interior do sistema educacional.

Não se afirma, com isso, que o programa em tela é capaz de resolver os problemas apontados, mas simplesmente que ele tematiza as relações da juventude com a cultura de forma a reconhecer sua diversidade e pluralidade. Esta é a questão da subseção seguinte.

### 3.3 Existe uma cultura dos jovens?

A tentação é começar a responder afirmando que existem muitas culturas jovens, isto é, aquelas da periferia urbana das metrópoles, das grandes cidades, dos centros de maior renda, do interior, dos jovens indígenas, dos jovens do mundo rural, dos jovens brasileiros, paulistas, cariocas, das favelas etc. Cada item da descrição poderia ser multiplicado por suas variantes, por gênero, região, etnia, e assim por diante. Em vez desta estratégia, opta-se por outra: apontar as perspectivas gerais que envolvem a questão.

A primeira se refere à distinção entre os jovens que trabalham e aqueles que permanecem no sistema educacional, dispondo de vários anos para se inserirem definitivamente no mundo do trabalho. Estes últimos são retidos pelas instituições escolares, mantendo-se longe das “responsabilidades sérias” até que seu engajamento implique conflitos com os “adultos” ou antigos ocupantes das posições que estão sendo disputadas.

Alguns problemas surgem com essa perspectiva. Em primeiro lugar, a estrutura familiar, que mantinha as condições de escolarização ampliada, se transformou muito; simultaneamente, o jovem, em geral, apesar de manter o *status* de estudante por um longo período de tempo, é pressionado pelas condições econômicas a se mover para o espaço dos empregos precários. Em segundo lugar, é necessário entender que a escola – por razões estruturais como a presença de novas tecnologias educacionais, por exemplo, ou institucionais, como a ausência de professores e livros didáticos de qualidade – não oferece um saber de excelência que permita construir marcos de legitimação cultural. Finalmente, é preciso

ter em mente que a situação dos mercados de trabalho – cada vez mais instáveis, segmentados e exigentes em termos de qualificação – dificulta as estratégias de mobilidade e os cálculos sociais no que se refere à delimitação de projetos de vida.

A segunda perspectiva refere-se aos problemas que surgem num contexto de socialização mais amplo. Os mecanismos de integração social falham da mesma forma que as instituições escolares e o mercado de trabalho. As referências coletivas passam a ser aquelas próximas, ou seja, as experiências vividas, os estilos de vida, as sociabilidades baseadas em alguma espécie de identidade, como os movimentos sociais e mesmo a situação de desemprego, ou podem se referir ao domínio de um estilo musical, uma dança, uma habilidade plástica como o grafite etc. Em outros casos, a xenofobia, a homofobia, o racismo etc. resultam de experiências reais ou imaginárias que criam laços de distinção e repulsas entre os grupos. Seja como for, mesmo com sinais morais opostos (o segundo tipo de relação é indesejável), há um processo de construção de identidades e de associativismo em um espaço público marcado por vários tipos de constrangimentos.

Aqui é importante ressaltar que alguns programas governamentais, a exemplo do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, apreendem parte das referências dessas duas visões. Estes programas objetivam capacitar os jovens para o trabalho cultural, explorando oportunidades, mas reconhecendo as dificuldades existentes no mercado de trabalho para eles; procuram também estimular a valorização da cultura como elemento pedagógico na escola, reconhecendo o afastamento desta instituição das necessidades do jovem. No entanto, os programas não buscam padrões culturais abstratos e unificados de excelência. Eles simplesmente avançam na ideia de reconhecer as comunidades e o associativismo cultural como elementos dinâmicos e – o termo não é usado nos programas, e talvez nem seja o mais adequado – multiculturais.

Outra perspectiva a ser considerada é a do consumo cultural jovem. É tradicional pensar-se a cultura em termos de sua produção. Literatura, cinema, teatro, dança, artes plásticas e até mesmo a televisão ou o rádio são analisados pelos seus conteúdos morais, estéticos e pela sua capacidade de oferecer interpretações úteis e enriquecedoras sobre o mundo e as relações sociais. Dessa forma, em geral, se preconiza que o Estado, e mesmo o mercado, devem se ocupar dos estímulos necessários à produção destes eventos de forte conteúdo simbólico.

Os jovens constituem um dos componentes centrais desse cenário. O que vestem, aonde vão, o que fazem no tempo livre e quais são suas práticas de consumo cultural dizem algo sobre como inventam suas identidades e como usam o consumo para compô-las.

É provável que as políticas culturais bem desenhadas estimulem um relacionamento maior entre a formação escolar e o gosto pelas artes tradicionais,

valendo-se da ampliação dos espaços de convívio entre as duas esferas de práticas, a saber, a institucional e a antropológica (empírica).

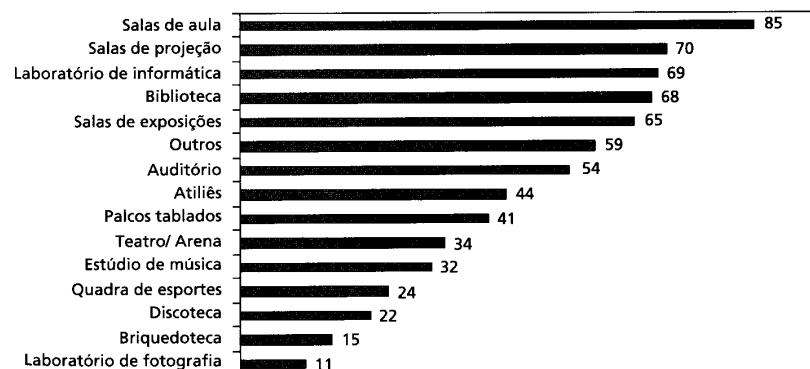
Também é possível dizer que essas políticas podem mudar o significado das práticas de audiovisual, uso de computadores, multimídia etc., na medida em que podem ser associadas a tecnologias de produção artística, e não apenas ao consumo de informações.

Ao mesmo tempo, o estabelecimento da cultura como instrumento de promoção de liberdades básicas deve estimular o associativismo e a multiplicação de espaços públicos de reconhecimento social e de construção da autoestima. São estes os desafios do programa Educação, Cultura e Cidadania.

Somente para constar, é relevante lembrar que grande parte dos pontos tem espaços para desenvolver diferentes atividades como, por exemplo, salas de aula (85% dos pontos), sala de projeção audiovisual (70%), laboratório de informática (69%), biblioteca (68%), sala de exposição (65%), entre outros espaços para atividades (laboratório de fotografia, brinquedoteca, discoteca etc.). Esta realidade pode ser facilmente visualizada no gráfico 1.

GRÁFICO 1  
Espaços presentes nos pontos de cultura

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

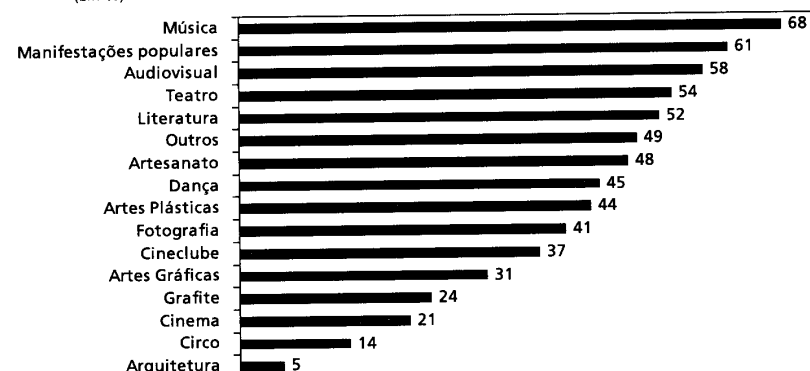
Os pontos também realizam atividades em diversos campos das artes e da cultura, como se constata no gráfico 2. Vale destacar, no entanto, que as artes tradicionais estão presentes, mesmo que atualizadas, em gêneros mesclados ou hibridizados e contemporâneos, a exemplo do estilo musical *hip hop*, e na atualização e utilização de tecnologias para proteger e valorizar tradições, a exemplo dos usos

dados ao audiovisual por grupos indígenas. Esta presença também é observada em atividades populares, sejam elas tipicamente urbanas (grafite) ou consideradas tradicionais, como a dança gaúcha, a capoeira, os artesanatos e a literatura de cordel, para se deter em alguns poucos exemplos.

O gráfico 2 mostra as atividades desenvolvidas pelos pontos de cultura. Destaquem-se as cinco mais presentes, quais sejam: música (68% têm atividades nesta área), manifestações populares (61%), audiovisual (58%), teatro (54%) e literatura (52%). Artesanato é a sexta atividade, com 48%.

GRÁFICO 2  
Atividades desenvolvidas nos pontos de cultura

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

De certa maneira, a descrição empírica dos consumos e das práticas revela que boa parte dos bens culturais financiados diretamente pelo Estado não encontra correspondência no gosto do público ou nas possibilidades de que sejam usufruídos. Muitos respondem a este desencontro preconizando mais produção e políticas de acessibilidade. Quanto maior for a oferta, maior será a demanda. Esta posição é parcialmente verdadeira.

Em linhas gerais, as políticas culturais possuem um viés produtivista ou patrimonialista. Aqui se aponta em outra direção: a de que a política pública, tal qual preconizada pelos pontos de cultura, não apenas leva em consideração os desejos reais ou empíricos, mas também oferece instrumentos para o exercício da criatividade. Transformar e aprimorar a qualidade do que é produzido, melhorar o acesso (mais arte e música clássica, por exemplo) e formar a demanda são parte do problema, mas é também necessário partir-se daquilo que mobiliza as pessoas em torno do fazer cultural.

Portanto, a cultura pode ser entendida como um fenômeno vivo, dinâmico, capaz de animar a vida econômica e simbólica das sociedades. Não por acaso, práticas, consumo e estilos culturais fomentam identidades, que surgem e desaparecem, mas que ligam indivíduos, grupos, regiões.

O consumo e as práticas culturais dão ordem a significados e indiciam inúmeras identidades sociais. As práticas culturais aproximam ou afastam pessoas e grupos. Permitem compartilhar semelhanças e assinalar diferenças de origem e trajetórias sociais. Traçam as linhas de um sistema de inclusão e exclusão. Afinal, do convívio dos grupos fazem parte aqueles que carregam semelhanças. A interculturalidade não é algo natural, mas objetivo construído e objeto de políticas intencionadas.

### 3.4 Uma abordagem legitimista ou pluralista?

A análise das práticas e comportamentos culturais da juventude permite questionar as formas e desenhos das políticas culturais e até mesmo a concepção de cultura que as orienta. As abordagens tradicionais a respeito destas políticas apontavam a democratização da cultura como possibilidade de acesso a alguns bens, gêneros e modalidades culturais mais ou menos legítimas socialmente. As análises de frequência a certos espaços culturais (museus e exposições de arte, por exemplo) evidenciam a limitação que é supor-se que a visita a certos equipamentos e obras é igualmente legítima para todos os grupos sociais. No entanto, a sociografia da visita tem revelado uma correlação entre frequência e níveis altos de escolaridade e renda (BOTELHO e FIORE, 2005; FORTUNA e SILVA, 2002).

Na verdade, os estudos da vida e das práticas culturais comuns – em especial dos jovens, mas também de grupos das periferias urbanas, imigrantes e mulheres – não apenas indicaram uma pluralidade de modalidades de prática, mas também implicaram a crítica da fixação dos gêneros culturais como mais ou menos legítimos para todos os grupos. Se, por um lado, o viés legitimista permitia criticar duramente a falta de democratização da cultura, por outro, não dava visibilidade à diversidade de sistemas culturais efetivamente existentes.

É certo que uma sociedade democrática acolhe comunidades diversas no seu interior, e que tal diversidade deve florescer dentro de um contexto de entendimento e respeito mútuo, pelo menos à luz de um pluralismo razoável. Isto é desejável no quadro de respeito às liberdades básicas, o que exclui, naturalmente, a presença de desigualdades políticas e sociais extremadas. É ainda importante dizer que a participação política está incluída no rol das instituições básicas e vem, por esta razão, acompanhada do direito de acessar informações relevantes e discuti-las nos espaços públicos adequados.

As políticas culturais, especialmente aquelas traduzidas no programa Arte, Cultura e Cidadania, relacionam-se com os dois aspectos. De um lado, promovem

a circulação de informações e significados e, de outro, desenvolvem um grande potencial para a instauração de espaços públicos de convívio, troca e reconhecimento mútuo. Estes espaços se constituem em *loci* onde os participantes podem ser vistos e ouvidos por todos, e onde é possível que isto aconteça sob ângulos e perspectivas diferentes; em suma, que todos sejam reconhecidos em sua igual capacidade de produzir opiniões e participar das decisões. Isto se relaciona com uma liberdade básica, a saber, ter opinião e manifestá-la dentro de certos limites e de acordo com os procedimentos adotados nas formas e situações do convívio social e político.

Tal perspectiva permite repensar a política como campo de reconhecimento das diferenças sociais e de diálogo. Assim, a política não é apenas um campo no qual predomina o dever moral do Estado para com os cidadãos, mas também um espaço de interlocução e expressão das diferenças de opinião e de posições existenciais, estéticas, cognitivas, políticas etc.

Essa pode ser uma visão controvertida, mas há que se reconhecer aí um campo propício ao desenvolvimento de valores civis e ao uso pacífico e coletivo dos espaços públicos. A capacidade de enriquecer o convívio e imaginar mundos alternativos não é um dom natural, mas uma capacidade cultural que é desenvolvida. Não é necessário desconstruir as artes tradicionais como campo legítimo de fruição estética; elas são um cânone entre outros possíveis.

Por que considerar esses elementos importantes na área cultural? Em primeiro lugar, por causa da privatização constante e recorrente dos espaços de consumo cultural. Cada vez mais, a produção cultural direciona-se ao consumo de bens no espaço doméstico e se atém crescentemente a produtos audiovisuais, sejam eles relacionados ao cinema, ao rádio, à televisão ou a equipamentos de microinformática. Toda a produção neste campo sofre inúmeras restrições, em especial em função das características dos empreendimentos e da estrutura de produção, bastante marcadas pela presença de monopólios ou de fortes interesses privados. Portanto, os espaços de intercâmbio cultural são recessivos.

Entretanto, muito do que é produzido em termos culturais ocupa espaços socialmente periféricos ou assume a forma de culturas de gueto ou “guetizadas”. Estas produções não circulam, ou quando o fazem, destinam-se a uma absorção rápida, circunscrita aos circuitos de mercado. Não se quer com isso afirmar a pouca importância dos mercados como elementos de realização de direitos de cidadania. Ao contrário: grande parte da dinâmica cultural ocorre nos mercados. O consumo cultural das famílias atingiu cerca de R\$ 31 bilhões em 2003, envolve um grande número de pessoas e mobiliza um grande dinamismo produtivo. Enquanto isso, os dispêndios públicos pouco ultrapassaram a casa dos R\$ 2 bilhões. Isto não indica, contudo, que o Estado, em seus diversos níveis de governo, não tenha papel decisivo no desenvolvimento da cultura.

O poder público regula, cobra impostos, normatiza, investe em áreas de apoio e em atividades conexas como os transportes e o desenvolvimento de tecnologias, e ainda estabelece inúmeras conexões entre os países. Assim, a importância do poder público talvez se encontre em outros lugares, para os quais não se olha habitualmente quando se fala em políticas públicas de cultura e que, na atual situação, não podem prescindir das forças dinâmicas da sociedade e dos mercados para a realização dos direitos culturais e a democratização da cultura.

Dessa maneira, a competição econômica e a presença do importante dinamismo das pequenas associações e empresas culturais deveriam ser consideradas parte da estrutura básica dos valores e instituições sociais. Não é razoável imaginar que poucas empresas determinem não apenas a produção, mas também a circulação de informações e de bens simbólicos. Neste caso, mercado e Estado são as duas faces de uma mesma moeda. O dinamismo do setor cultural está, de certa forma, ligado aos mercados, mas estes reproduzem, em grandes doses, as desigualdades sociais de origem. De qualquer maneira, os mercados são construções sociais que podem se orientar para objetivos de inclusão. Eles não possuem uma natureza que promove necessariamente injustiças, mas são instituições que, tratadas de forma adequada, podem convergir para a inclusão social e cultural.

As políticas culturais, que se relacionam de forma íntima com a produção e circulação simbólica, devem oferecer, também aqui, recursos que possibilitem a ampliação dos espaços públicos para o autodesenvolvimento pessoal e coletivo, o que é de especial importância para os grupos etários mais jovens.

Não à toa, parte do escopo das políticas culturais se refere à criação de espaços de convívio e fruição, sejam eles os parques infantis – como preconizaram os modernistas para as políticas culturais do município de São Paulo no início do século XX –, os cineclubes ou as casas de cultura, de longa tradição. Também não é obra do acaso que esta tradição esteja sendo revisitada pelo programa Cultura Viva, que advoga um conceito ampliado de política cultural e relaciona cultura, diversidade e desenvolvimento.

### 3.5 Síntese

É momento de alinhar alguns pontos. Viu-se aqui que as culturas juvenis são heterogêneas, mas que as políticas legitimistas e pluralistas oferecem elementos importantes e complementares, que referenciam aspectos destas culturas juvenis.

Por um lado, as análises legitimistas revelam as desigualdades culturais, homólogas às desigualdades de distribuições de renda e capital escolar. Por outro, as análises pluralistas reconhecem a diversidade de usos do tempo livre e de práticas culturais.

No entanto, as políticas culturais brasileiras desenvolvidas a partir da representação dos dois modelos se defrontam com insuficiências institucionais importantes, seja em relação à *democracia cultural* ou à existência de estratégias consolidadas de *democratização cultural*. Neste caso, notam-se insuficiências na criação de uma cultura legítima, aqui analisada do ângulo restrito e especial do processo escolar. Esta ausência de um padrão de legitimidade inibe e fragiliza as demandas por acesso igualitário, pela simples razão da inexistência de referências sociais para a percepção ou de medidas de igualdade cultural e de acesso.

O modelo pluralista, por sua vez, se defronta com a ausência de políticas públicas capazes de ofertar espaços públicos de convívio, troca e comunicação. Neste caso, deve-se enfatizar que as intervenções públicas não devem ser pontuais, pois envolvem a organização dos espaços públicos urbanos e de seus equipamentos, como também a consolidação de políticas culturais específicas que criem mecanismos de fomento, proteção e reconhecimento da diversidade simbólica.

Apontou-se o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva como um conjunto de ações capaz de integrar os dois modelos de políticas públicas culturais para a juventude, mas deve-se reconhecer sua pequena abrangência em termos populacionais e territoriais, assim como seu insulamento relativamente ao conjunto de estratégias globais das políticas públicas, em especial da educação e das políticas de comunicação. O programa é, portanto, incapaz de enfrentar a lógica dos mercados e o desafio da democratização dos meios de comunicação e da inclusão social.

Finalmente, é também possível pensar que o programa pode vir a se constituir em parte de uma dinâmica social mais ampla, que refunde as orientações políticas no sentido da recriação de um Estado capaz de intervir para gerar capacidade, igualdade e proteção da diversidade cultural. Igualmente, tem-se como viável que o desenvolvimento cultural não seja simples aposta e resultado das forças de mercado, mas que inclua fortes políticas de formação e participação, enfim, de *democracia cultural*.